



LOGO®

**MAX
VIA VERDE**
(Exclusivo do Programa
Viagens & Vantagens)

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Coberturas

NOTA:

Quando expressamente previstas nas Condições Particulares e até aos limites nas mesmas indicadas, ficam garantidos os danos, perdas ou despesas a seguir identificados.

	COBERTURAS	Max
	Responsabilidade Civil Facultativa	✓
	Assistência em Viagem	Top
	Proteção Jurídica	✓
	Proteção de Ocupantes e Condutor	✓
	Quebra Isolada de Vidros	✓
	Choque, Colisão e Capotamento	✓
	Incêndio, Raio e Explosão	✓
	Furto ou Roubo	✓
	Atos de Vandalismo	(opcional)
	Fenómenos da Natureza	(opcional)
	Veículo de Substituição	(opcional)
	Indemnização Extra	(opcional)

Este produto destina-se exclusivamente a clientes Via Verde que se encontrem ao abrigo do "Programa Viagens & Vantagens", e requer, portanto, a adesão ao referido Programa antes de ser efetuada a contratação do Seguro (para mais informações sobre o Programa Viagens & Vantagens consulte www.viaverde.pt).

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Responsabilidade Civil Facultativa



Cláusula 1ª - Definição

RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA: Cobertura complementar de Responsabilidade Civil para além do montante legalmente exigido quanto à obrigação de segurar ou a que for contratada para veículos não sujeitos àquela obrigação.

Cláusula 2ª - Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante, até ao limite definido nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que excedam o capital garantido pelo seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória e que, de acordo com a lei, sejam exigíveis ao Segurado, em consequência de responsabilidade civil extracontratual, por danos causados a terceiros, decorrente da circulação do veículo ou veículos seguros.

Cláusula 3ª - Exclusões

1. Para além das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidos ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Danos causados a terceiros, em consequência de acidente de viação resultante de furto, roubo ou furto de uso;
- b) Os danos causados por um veículo rebocado a um veículo rebocador ou por este àquele ainda que ao contrato se aplique a Cláusula Particular de "Inclusão do Serviço de Reboque";
- c) Danos ou lesões causados a pessoas transportadas, quando o veículo seguro não esteja oficialmente autorizado para o transporte de pessoas;
- d) Responsabilidade civil contratual.

2. Salvo quando expressamente previsto nas Condições Particulares, não ficarão igualmente garantidos ao abrigo da presente Condição Especial quaisquer danos causados a terceiros em consequência de acidentes ocorridos com o veículo seguro no perímetro interior de aeroportos ou aeródromos.

Cláusula 4ª - Capital Seguro

O capital seguro garantido ao abrigo desta cobertura é o indicado nas Condições Particulares da Apólice, o qual já integra o valor correspondente ao capital mínimo obrigatório.

Cláusula 5ª - Insuficiência de Capital

1. Se existirem vários lesados com direito a indemnização que, na sua globalidade, exceda o montante do capital seguro, os direitos dos lesados, contra o Segurador, reduzir-se-ão proporcionalmente até à concorrência daquele montante.
2. Se o Segurador, de boa-fé e por desconhecimento da existência de outras pretensões, pagar a um lesado uma indemnização de valor superior à que lhe competiria, nos termos do número anterior, não fica obrigada para com os outros lesados senão até à concorrência da parte restante do capital seguro.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

TOP



Cláusula 1ª - Definições

PESSOA SEGURA

- O Tomador do Seguro, o seu cônjuge ou a pessoa que com ele viva em união de facto, ascendentes e descendentes até ao 2º grau, enteados e adotados, que com ele coabitem e se encontrem a seu cargo;
- O condutor do veículo quando não seja uma das pessoas acima indicadas;
- Os ocupantes do veículo em caso de sinistro ocorrido com o mesmo, com exceção daqueles que forem transportados em "auto stop".

VEÍCULO SEGURO

O veículo automóvel designado nas Condições Particulares, e que satisfaça as seguintes condições:

- a) Viatura ligeira ou mista, com matrícula portuguesa;
- b) Peso bruto inferior a 3.500kg (incluindo o atrelado) ou cujo número de lugares sentados, incluindo o do condutor, não seja superior a nove.

Excluem-se os veículos destinados ao transporte de animais e serviços públicos ou de aluguer de curta duração, tais como ambulâncias, táxis, veículos de instrução e carretas funerárias.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA

Entidade que organiza e presta, por conta do Segurador e a favor das Pessoas Seguras, as prestações pecuniárias ou serviços previstos nesta Condição Especial.

Cláusula 2ª - Garantias de Assistência às Pessoas

Em caso de acidente ou doença súbita e imprevisível, ocorridos durante o período de validade da apólice, por sinistro e até aos limites fixados nas Condições Particulares, o Serviço de Assistência prestará as seguintes garantias:

1. Despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização no estrangeiro

Se a Pessoa Segura necessitar de assistência médica, cirúrgica, farmacêutica ou hospitalar, o Segurador garante até ao limite fixado nas Condições Particulares:

- a) As despesas e honorários médicos e cirúrgicos;
- b) Os gastos farmacêuticos prescritos por médico;
- c) Os gastos de hospitalização.

Em caso de hospitalização, a Pessoa Segura deve providenciar o aviso ao Serviço de Assistência no próprio dia, ou o mais tardar nas 48 horas seguintes, salvo demonstrada impossibilidade física.

A partir do momento em que o repatriamento da Pessoa Segura seja clinicamente possível e aconselhável, o Serviço de Assistência deixa de garantir os gastos de hospitalização.

O Serviço de Assistência suporta uma intervenção cirúrgica apenas nos casos em que não se possa aguardar pelo regresso da Pessoa Segura a Portugal, dado o carácter urgente e inadiável daquela intervenção.

2. Acompanhamento da Pessoa Segura hospitalizada

Se durante o decorrer da viagem se verificar a hospitalização súbita e imprevisível da Pessoa Segura, e se o seu estado não aconselhar o repatriamento ou regresso imediato, o Serviço de Assistência garante as despesas de alojamento em hotel, não inicialmente previstas, de um familiar ou pessoa por ela designada, que se encontre já no local, para a acompanhar.

O Serviço de Assistência encarrega-se ainda do regresso deste acompanhante ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.

Esta garantia está estritamente sujeita ao parecer da equipa médica do Serviço de Assistência.

3. Transporte de ida e volta para familiar e respetiva estadia

Se a Pessoa Segura viajar sem acompanhante, e o período de hospitalização se preveja de duração superior a cinco (5) dias, o Serviço de Assistência garante os custos de transporte de ida e volta para um familiar, com partida de Portugal, de modo a que possa ficar junto dela. Neste caso, o Serviço de Assistência garante ainda as suas despesas de alojamento.

4. Prolongamento de estadia em hotel

Se o estado de saúde da Pessoa Segura não justificar hospitalização ou transporte sanitário, e se o seu regresso não se puder efetuar na data inicialmente prevista, o Serviço de Assistência garante as despesas efetivamente realizadas com alojamento em hotel, desde que não inicialmente previstas, para esta e para uma pessoa que a fique a acompanhar.

Quando o seu estado de saúde o permitir, o Serviço de Assistência encarrega-se do regresso da Pessoa Segura, bem como do seu eventual acompanhante, ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.



Esta garantia está estritamente sujeita ao parecer da equipa médica do Serviço de Assistência.

5. Repatriamento ou transporte sanitário de feridos ou doentes e vigilância médica

a. Quando a situação clínica o justifique, o Serviço de Assistência garante:

- i. As despesas de transporte em ambulância, ou outro meio considerado adequado, desde o local da ocorrência até à clínica ou hospital mais próximo;
- ii. As despesas de transporte numa eventual transferência da Pessoa Segura para outro centro hospitalar mais apropriado ou até ao seu domicílio em Portugal.

b. O Serviço de Assistência garante ainda a vigilância por parte da sua equipa médica, em colaboração com o médico assistente da Pessoa Segura, para determinação das medidas convenientes ao melhor tratamento a seguir e do meio mais apropriado para eventual transferência.

c. Qualquer transporte ou repatriamento sanitário, e eventual acompanhamento médico, deve respeitar as normas sanitárias em vigor e apenas efetuar-se com o prévio acordo entre o médico assistente da Pessoa Segura e a equipa médica do Serviço de Assistência. A declaração do médico assistente não é garantia bastante.

d. O meio de transporte a utilizar será definido pela equipa médica do Serviço de Assistência.

6. Transporte ou repatriamento após morte de Pessoa Segura

Em caso de falecimento da Pessoa Segura, por acidente ou doença súbita e imprevisível, o Serviço de Assistência garante as despesas com as formalidades a efetuar no local, incluindo as do transporte ou repatriamento do corpo até ao local de enterro em Portugal.

Se, por motivos administrativos, for necessária localmente a inumação provisória ou definitiva, o Serviço de Assistência suporta as despesas de transporte de um familiar, se este não se encontrar já no local, para se deslocar desde o seu domicílio em Portugal até ao local da inumação, bem como as despesas do seu alojamento.

7. Transporte ou repatriamento das restantes Pessoas Seguras

Tenho havido repatriamento ou transporte de uma ou mais Pessoas Seguras por motivo de falecimento, regresso antecipado nos termos deste contrato, acidente ou doença súbita e imprevisível, e se por este facto não for possível o regresso das restantes pelos meios inicialmente previstos, o Serviço de Assistência garante o transporte das mesmas até ao seu domicílio em Portugal.

8. Regresso antecipado das Pessoas Seguras

Se, no decurso de uma viagem, falecer em Portugal o cônjuge, ou pessoa com quem coabite em termos de permanência, um seu ascendente ou descendente até ao 2º grau, adotados, irmãos, sogros ou cunhados do Aderente, e no caso do meio utilizado para a sua viagem ou bilhete adquirido não lhe permitir a antecipação do regresso, o Serviço de Assistência suporta as despesas com o transporte de regresso, desde o local de estadia até ao domicílio ou até ao local de inumação em Portugal.

Esta garantia está prevista ainda no caso de um daqueles membros da família do Aderente sofrer de acidente ou doença súbita e imprevisível em Portugal, cuja gravidade, a confirmar pelo médico do Serviço de Assistência depois de contacto com o médico assistente, exija a sua presença urgente e imperiosa.

9. Transporte de bagagens pessoais

Na sequência de furto, roubo, extravio ou repatriamento da Pessoa Segura, o Serviço de Assistência organiza e suporta o custo do transporte das suas bagagens pessoais até ao local onde aquela se encontra ou até ao seu domicílio em Portugal, desde que se encontrem devidamente embaladas e em condições de transporte.

O peso máximo das bagagens fica sujeito ao limite imposto pelas diversas companhias aéreas ou rodoviárias.

10. Adiantamento de fundos no estrangeiro

Em caso de roubo participado às autoridades, ou extravio de bagagem e valores monetários, não recuperados no prazo de 24 horas, o Serviço de Assistência adianta as verbas necessárias para substituição dos bens desaparecidos, mediante depósito prévio ou cheque visado de idêntico valor.

11. Pagamento de despesas de comunicação

O Serviço de Assistência garante a transmissão de mensagens urgentes nacionais ou internacionais para familiares, desde que relacionadas com um sinistro coberto pelas presentes garantias.

Suporta ainda, mediante comprovativo, os custos de comunicações com os seus serviços, desde que estas sejam efetuadas pela Pessoa Segura.



12. Serviços informativos

O Serviço de Assistência presta informações relacionadas com:

- a. Vistos e vacinas necessárias para viagens ao estrangeiro;
- b. Clínicas, hospitais e médicos particularmente equipados ou indicados para o tratamento de doenças ou lesões específicas;
- c. Moradas e contactos das embaixadas e consulados de Portugal no estrangeiro.

Cláusula 3ª - Garantias de Assistência ao Veículo Seguro e seus Ocupantes

Durante o período de validade da apólice, por sinistro e até aos limites fixados nas Condições Particulares, o Serviço de Assistência prestará ainda as seguintes garantias:

1. Desempanagem e reboque do veículo

Em caso de acidente ou avaria do veículo seguro, que o impeçam de circular pelos seus próprios meios, o Serviço de Assistência organiza um serviço de desempanagem.

Se a reparação não puder ser realizada localmente, garante o reboque desde o local da imobilização até ao local escolhido pela Pessoa Segura (em Portugal) ou até à oficina ou concessionário mais próximo (no Estrangeiro), respeitando sempre os limites fixados nas Condições Particulares.

Nos casos que impliquem remoção, o auxílio prestado está, para além do limite previsto para esta garantia, também condicionado pelos meios localmente existentes e pela gravidade do sinistro. Entende-se por remoção todo o trabalho necessário à colocação do veículo sinistrado na via em que o mesmo circulava.

Se a Pessoa Segura tiver ficado impossibilitada de contactar o Serviço de Assistência na sequência de ferimentos derivados de acidente com o veículo, o Serviço de Assistência reembolsará os custos de reboque até ao limite definido nas Condições Particulares.

Quando o veículo furtado ou roubado tiver sido localizado pelas autoridades policiais e rebocado, por iniciativa destas, do local onde foi encontrado para um parque sob sua vigilância, o Serviço de Assistência reembolsará a Pessoa Segura desta despesa de reboque, até ao limite definido nas Condições Particulares.

2. Perda ou roubo de chaves e chaves trancadas dentro da viatura em Portugal

Se ocorrer a perda ou roubo de chaves, ou ainda se estas ficarem trancadas no interior da viatura, impossibilitando o arranque da mesma ou a abertura da porta, o Serviço de Assistência organiza o envio de um serviço de desempanagem que resolva o problema de arranque ou de abertura da porta.

Em alternativa, o Serviço de Assistência poderá organizar o envio de um reboque, desde que tecnicamente possível, com o fim de recolher o veículo na sua base ou no destino indicado pela Pessoa Segura, até aos limites fixados.

Esta cobertura é válida exclusivamente em Portugal.

O Serviço de Assistência não será responsável por eventuais danos que decorram destes procedimentos, nomeadamente custos de reposição ou arranjo da fechadura, chaves e outros elementos do veículo.

3. Falta ou Troca de combustível em Portugal

Se ocorrer a falta ou troca de combustível, o Serviço de Assistência organiza, a seu critério, o fornecimento de combustível suficiente para que o veículo chegue ao posto de abastecimento mais próximo, não sendo neste caso responsável pelos custos com o combustível, ou o reboque até ao domicílio ou oficina escolhida pela Pessoa Segura.

Esta cobertura é garantida até aos limites fixados nas Condições Particulares e é válida exclusivamente em Portugal.

4. Substituição de roda em caso de furo de pneus em Portugal

Se ocorrer um furo num dos pneus do veículo seguro, o Serviço de Assistência organiza a sua substituição por um pneu sobressalente que já se encontre no veículo, suportando as respetivas despesas de deslocação e mão-de-obra.

Se a substituição se revelar impossível, serão asseguradas as despesas de reboque até ao local escolhido pela Pessoa Segura.

Esta cobertura é garantida até aos limites fixados nas Condições Particulares e é válida exclusivamente em Portugal.

5. Transporte do veículo

O Serviço de Assistência, quando o veículo seguro:

- a. Em consequência de roubo, avaria ou acidente, precisar de uma imobilização efetiva para reparação superior a três (3) dias;
- b. Ainda em caso de roubo, esteja imobilizado e seja recuperado depois do regresso da Pessoa Segura, antes de decorridos seis (6) meses a contar da data do roubo; suporta as despesas de transporte do veículo até uma oficina próxima do domicílio do Aderente em Portugal ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

TOP



O transporte até uma oficina próxima do domicílio não é acumulável com o transporte até ao destino inicial da viagem, e vice-versa.

O Serviço de Assistência não será obrigado a efetuar o repatriamento ou transporte do veículo, suportando apenas as despesas com o seu abandono legal, quando o valor da reparação, de acordo com a informação dada pela oficina ou concessionário do local onde o sinistro ocorreu, exceda o seu valor venal em Portugal.

Em alternativa ao abandono legal do veículo, e caso a Pessoa Segura decida proceder ao seu transporte para Portugal, o Serviço de Assistência comparticipará no valor do mesmo, até ao limite definido nas Condições Particulares para perda total.

6. Alojamento dos ocupantes do veículo

Quando o veículo seguro, imobilizado por acidente ou avaria, não for reparável no mesmo dia, o Serviço de Assistência suporta, até aos limites fixados, os custos de alojamento dos respectivos ocupantes, desde que não inicialmente previstos, pelo período em que estejam a aguardar a reparação.

Esta garantia não é acumulável com a garantia de transporte dos ocupantes do veículo.

7. Transporte dos ocupantes do veículo

O Serviço de Assistência, quando o veículo seguro:

- Em consequência de roubo, avaria ou acidente, precisar de uma imobilização efetiva para reparação superior a três (3) dias;
- Ainda em caso de roubo, não seja encontrado no próprio dia; suporta as despesas de transporte dos respetivos ocupantes até ao domicílio do Aderente em Portugal ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros.

Esta garantia não é acumulável com a garantia de alojamento dos ocupantes do veículo.

O regresso ao domicílio também não é compatível com o prosseguimento de viagem até ao destino inicialmente previsto, e vice-versa.

8. Recuperação do veículo

Verificando-se o direito ao usufruto da garantia de transporte do veículo, e caso a Pessoa Segura opte, em alternativa, por repará-lo no local da ocorrência, o Serviço de Assistência suporta as despesas de transporte para que o condutor designado possa ir do seu domicílio até ao local onde o veículo tiver sido reparado.

Este transporte do condutor designado é também garantido, ainda no caso de roubo, se o veículo for posteriormente encontrado em bom estado de marcha.

9. Envio de peças de substituição

O Serviço de Assistência encarrega-se do envio, pelo meio mais adequado, das peças necessárias para a reparação do veículo seguro, desde que não seja possível obtê-las localmente.

São da responsabilidade do Serviço de Assistência os gastos com o transporte.

A Pessoa Segura deverá liquidar o custo das peças, bem como os eventuais direitos aduaneiros correspondentes.

Quando a entrega das peças for feita no estrangeiro, e houver necessidade de rapidez, serão as mesmas transportadas até à alfândega aeroportuária mais próxima do local onde se encontrar a Pessoa Segura.

São igualmente da responsabilidade do Serviço de Assistência as despesas de transporte necessárias ao levantamento das peças.

10. Envio de motorista profissional

Em caso de acidente ou doença súbita e imprevisível, que resultem em incapacidade de condução devidamente confirmada por um médico no local da ocorrência, ou em caso de falecimento do condutor, e desde que nenhum dos restantes ocupantes o possa substituir, o Serviço de Assistência garante o transporte dos mesmos até ao seu domicílio em Portugal ou até ao local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros.

Este transporte é efetuado recorrendo ao veículo seguro, através de um motorista designado pelo Serviço de Assistência, sendo da sua responsabilidade as despesas exclusivamente relacionadas com aquele profissional, como alojamento, transporte, alimentação e honorários.

11. Transporte de bagagens pessoais

Havendo transporte das Pessoas Seguras nos termos descritos neste contrato, o Serviço de Assistência organiza e suporta o custo do transporte das suas bagagens pessoais até ao local onde aquelas se encontram ou até ao seu domicílio em Portugal, desde que se encontrem devidamente embaladas e em condições de transporte.

O peso máximo das bagagens fica sujeito ao limite imposto pelas diversas companhias aéreas ou rodoviárias.



12. Defesa e reclamação jurídica

- a. O Serviço de Assistência compromete-se, mediante os limites fixados, a:
- i. Assegurar a defesa da Pessoa Segura perante qualquer tribunal, se esta for acusada de homicídio involuntário ou de ofensas corporais involuntárias, dano culposo e infração às leis e regras de circulação, em consequência da propriedade, guarda ou utilização do veículo seguro e no seguimento de acidente ocorrido durante o período de validade da apólice.
 - ii. Reclamar a reparação pecuniária dos danos corporais e/ou materiais sofridos pela Pessoa Segura, desde que resultem de um acidente enquadrável no âmbito da Responsabilidade Civil Automóvel, em que esteja envolvido o veículo seguro, e sejam da responsabilidade de uma pessoa diferente do Aderente ou de qualquer outra Pessoa Segura da apólice;
 - iii. Prestar assistência à Pessoa Segura no caso de reparações defeituosas do veículo seguro, somente no Estrangeiro e em sequência de acidente ocorrido com o veículo.
- b. Competirá ao Serviço de Assistência dirigir todas as diligências, negociações e procedimentos, escolher os seus peritos, médicos, conselheiros, advogados ou outros. A Pessoa Segura poderá, no entanto, associar à sua defesa peritos, conselheiros ou advogados da sua escolha, com despesas a seu cargo, cujos pareceres não vincularão o Serviço de Assistência.
- c. Para além de outras exclusões previstas neste contrato, o Serviço de Assistência não tentará ação judicial ou não recorrerá de uma decisão judicial quando:
- i. Considerar que tal não apresenta suficientes probabilidades de sucesso;
 - ii. Por informações obtidas, tenha conhecimento que o Terceiro considerado responsável é insolvente;
 - iii. O valor dos prejuízos não exceda a importância mínima para se intentar uma ação;
 - iv. Considerar justa e suficiente a proposta feita pelo Terceiro;
 - v. Existir um litígio resultante de reparações defeituosas do veículo seguro em Portugal e/ou em caso de avaria;
 - vi. Existir uma infração às regras de circulação em Portugal.

A Pessoa Segura pode ainda assim intentar ou prosseguir a ação a expensas suas, sendo reembolsada pelo Serviço de Assistência das despesas legitimamente efetuadas, após trânsito em julgado da respetiva sentença, salvo nos casos ii, iii, v e vi.

Para ativar esta garantia, a Pessoa Segura deverá participar previamente o acidente à sua Companhia de Seguros e solicitar a intervenção do Serviço de Assistência no prazo máximo de seis (6) meses a contar da data do acidente, salvo em casos de força maior demonstrada.

13. Adiantamento de cauções penais

- a) **Custas processuais:** o Serviço de Assistência avança, a título de adiantamento, as cauções penais que sejam exigidas ao condutor para garantir as custas processuais em procedimento criminal que contra ele seja movido, em consequência de acidente de viação com o veículo seguro e até ao limite fixado.
- b) **Liberdade provisória:** o Serviço de Assistência avança ainda, a título de adiantamento, a caução que seja exigida para garantia da liberdade provisória da Pessoa Segura ou comparência no julgamento, em resultado de procedimento criminal consequente de acidente de viação com o veículo seguro.

Estas importâncias adiantadas, mediante garantia idónea e bastante, quer para custas processuais quer para garantia de liberdade provisória, deverão ser reembolsadas ao Serviço de Assistência no prazo máximo de três (3) meses ou logo após a sua restituição pelo Tribunal, consoante o que ocorra primeiro.

Cláusula 4ª - Exclusões

Para além das exclusões previstas nas Condições Gerais aplicáveis à presente garantia, ficam ainda excluídos os encargos ou prestações relacionados com:

1. Exclusão de carácter geral

- a. **Acontecimentos em que o Serviço de Assistência não tenha sido chamado a intervir, na altura em que ocorreram, salvo em casos de força maior ou impossibilidade material demonstrada;**
- b. **Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de desportos motorizados e da prática de competição em geral, quer na competição em si, quer em treinos, apostas e desafios;**
- c. **Os sinistros que tenham ocorrido anteriormente ao início do contrato, ainda que as suas consequências se tenham prolongado para além dessa data;**
- d. **Os sinistros ocorridos fora da data de validade do contrato;**
- e. **Os sinistros, e suas consequências, causados por ações criminais, dolo, suicídio consumado ou lesão contra si próprio, por parte das Pessoas Seguras;**



- f. Os danos sofridos pelas Pessoas Seguras em consequência de demência, influência de álcool nos termos da legislação sobre condução automóvel, ingestão de drogas e estupefacientes sem prescrição médica;
- g. Os sinistros ocorridos quando um veículo for conduzido por pessoa não legalmente habilitada;
- h. Os sinistros derivados de acontecimentos de guerra, hostilidade entre países, sabotagem, rebelião, actos de terrorismo, tumultos, insurreição, distúrbios laborais e demais perturbações da ordem pública;
- i. Os sinistros causados por tremores de terra, erupções vulcânicas, inundações ou quaisquer outros cataclismos;
- j. Os sinistros causados por engenhos explosivos ou incendiários;
- k. Os sinistros derivados, direta ou indiretamente, da desintegração ou fusão do núcleo de átomos, aceleração de partículas e radioatividade;
- l. Situações de doença infecto-contagiosa com perigo para a saúde pública, no respeito de orientações técnicas emanadas da O.M.S..

2. Exclusões relativas às garantias de Assistência a Pessoas:

- a. Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de desporto profissional e de atividades de alto risco, tais como *ski* de neve, motonáutica, paraquedismo, alpinismo, montanhismo, artes marciais, espeleologia e mergulho;
- b. Operações de salvamento;
- c. Alojamento inicialmente previsto e alimentação;
- d. Despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização em Portugal;
- e. Intervenções cirúrgicas não urgentes;
- f. Despesas de medicina preventiva, vacinas ou similares;
- g. Despesas de medicina alternativa ou curas tradicionais;
- h. Fisioterapia não urgente, curas termais, de repouso, tratamentos estéticos e *checkups*;
- i. Doença crónica ou pré-existente, distúrbio psiquiátrico e recaídas de doenças anteriormente diagnosticadas;
- j. Lesões resultantes de intervenções cirúrgicas ou outros atos médicos não motivados por sinistro garantido pelo contrato;
- k. Assistência médica do foro da estomatologia, salvo tratamento provisório de traumatologia oral;
- l. Assistência médica ligada à gravidez e ao parto, salvo a requerida durante o 1º trimestre na sequência de complicações imprevisíveis da gravidez;
- m. Urna, funeral e cerimónia fúnebre;
- n. Próteses, bengalas, muletas (canadianas) e qualquer outro tipo de material ortopédico, óculos, lentes de contacto, implantes e similares;
- o. Bagagem que não respeite os requisitos acima estipulados;
- p. Furto ou roubo que não tenham sido participados às autoridades no prazo de 24 horas e confirmados por escrito.

3. Exclusões relativas às garantias de Assistência aos Veículos e seus Ocupantes:

- a. Situações em que o veículo seguro possa circular pelos seus próprios meios;
- b. Sinistros ocorridos quando o veículo seguro se encontra a ser utilizado em trabalhos industriais ou agrícolas, nas áreas restritas em que essas atividades estejam a ser desenvolvidas;
- c. Sinistros ocorridos quando o veículo seguro esteja a ser utilizado em serviço de reboque;
- d. Sinistros resultantes de circulação em locais não reconhecidos como acessíveis ao veículo seguro;
- e. Avarias causadas por negligência da Pessoa Segura;
- f. Serviços não previstos explicitamente nas garantias acima descritas;
- g. Operações de salvamento;
- h. Avarias sucessivas causadas pela falta de reparação do veículo seguro após intervenção do Serviço de Assistência;
- i. Furto ou roubo que não tenham sido participados às autoridades no prazo de 24 horas e confirmados por escrito;
- j. Reparações, incluindo custo de mão-de-obra e peças;
- k. Indisponibilidade de oficinas para execução de reparações;



I. Despesas com combustível;

m. Franquias, coberturas adicionais e cauções de combustível a liquidar às empresas de aluguer de viaturas;

n. Multas e portagens;

o. Carga e respetivo transbordo, bem como bagagem que não respeite os requisitos acima estipulados;

p. Transporte de ocupantes que não viajassem no veículo no momento da imobilização;

q. Transporte de animais domésticos, sempre que estes revelem perigosidade, e custos com materiais necessários a este transporte;

r. Estacionamento do veículo seguro, quando aguardando uma decisão por parte da Pessoa Segura, resultante de uma reparação ou de uma data anterior à intervenção do Serviço de Assistência;

s. Alojamento inicialmente previsto e alimentação;

t. Danos existentes no veículo em momento anterior ao da intervenção do Serviço de Assistência, bem como os sofridos após a sua finalização;

u. Sinistros e danos não comprovados pelo Serviço de Assistência;

v. Furto ou roubo de objetos e acessórios no interior do veículo transportado não declarados expressamente antes da intervenção.

Cláusula 5ª - Procedimentos em caso de sinistro

É condição indispensável para usufruir das garantias deste contrato que as Pessoas Seguras, em caso de sinistro:

a. Contactem imediatamente o Serviço de Assistência, caracterizando a ocorrência e fornecendo todas as informações necessárias para a prestação da assistência solicitada;

b. Sigam as instruções do Serviço de Assistência e tomem as medidas necessárias e possíveis para impedir o agravamento das consequências do sinistro;

c. Obtenham o acordo do Serviço de Assistência antes de assumirem qualquer decisão ou despesa;

d. Satisfaçam, em qualquer altura, os pedidos de informação solicitados pelo Serviço de Assistência, remetendo-lhe prontamente todos os avisos, convocações ou citações que recebam;

e. Recolham e facultem ao Serviço de Assistência os elementos relevantes para a efetivação da responsabilidade de terceiros, quando for o caso.

Cláusula 6ª - Reembolsos de Transportes não utilizados

As Pessoas Seguras que tenham utilizado prestações de transportes previstos no presente contrato ficam obrigadas a promover as diligências necessárias à recuperação de bilhetes de transporte não utilizados e a entregar à LOGO as importâncias recuperadas.

Cláusula 7ª - Complementaridade

As prestações e indemnizações prestadas são pagas em excesso e complementarmente a outros contratos de seguro já existentes e cobrindo os mesmos riscos, ou às participações da Segurança Social a que a Pessoa Segura tenha direito.

A Pessoa Segura obriga-se a promover todas as diligências necessárias à obtenção daquelas prestações e a devolvê-las à LOGO no caso e na medida em que esta as houver adiantado, assim como das participações da Segurança Social ou de qualquer outra instituição a que tiver direito.

Cláusula 8ª - Duração

Sem prejuízo do disposto nas Condições Gerais, as garantias, em relação a cada Pessoa Segura, caducarão automaticamente na data em que:

a. O Tomador do Seguro ou a Pessoa Segura, quando diferente do Tomador, deixarem de ter residência habitual e fiscal fixada em Portugal;

b. Se inicie o trabalho regular da Pessoa Segura no estrangeiro;

c. A ausência de Portugal da Pessoa Segura completar 60 dias.

Cláusula 9ª - Sub-rogação

Após o pagamento ou prestação dos serviços, o Segurador fica sub-rogado nos correspondentes direitos do Segurado, Aderente ou Pessoa Segura, contra quaisquer terceiros responsáveis que não sejam também pessoas seguras ao abrigo da mesma adesão.



Cláusula 10ª - Âmbito Territorial

As garantias do presente contrato são válidas nos países indicados em Anexo, exceto se, por conflitos internos, situações de guerra ou outros motivos de força maior não imputáveis ao Serviço de Assistência, se tornar neles impossível garantir uma prestação de serviços segura e eficaz.

a) Garantias de Assistência às Pessoas:

Em todo o Mundo, conforme lista indicada em Anexo, a partir da residência da Pessoa Segura, salvo estipulação em contrário nas Condições Particulares;

b) Garantias de Assistência ao Veículo Seguro e seus Ocupantes:

Em Portugal a partir da residência da Pessoa Segura ou da sede do Tomador do Seguro, na Europa e nos seguintes países da bacia do Mediterrâneo: Marrocos, Tunísia, Israel e Turquia, salvo estipulação em contrário nas Condições Particulares;

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

TOP



CONDIÇÕES PARTICULARES DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM - TOP

GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS

LIMITES POR SINISTRO

Pagamento de despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização no estrangeiro

Valor máximo indemnizável € 5.000

Acompanhamento da Pessoa Segura hospitalizada

Valor máximo indemnizável

Por dia € 115

Indemnização máxima € 1.150

Transporte de ida e volta para um familiar e respetiva estada

Valor máximo indemnizável

Transporte Ilimitado

Estada

Por dia € 115

Indemnização máxima € 1.150

Prolongamento de estada em hotel

Valor máximo indemnizável

Por dia e por pessoa € 115

Indemnização máxima € 1.150

Transporte ou repatriamento sanitário de feridos e doentes e vigilância médica

Transporte Ilimitado

Transporte ou repatriamento após morte da Pessoa Segura

Transporte Ilimitado

Transporte ou repatriamento das restantes Pessoas Seguras

Transporte Ilimitado

Regresso antecipado das Pessoas Seguras

Transporte Ilimitado

Adiantamento de fundos no estrangeiro

Valor máximo de adiantamento € 1.500

Pagamento de despesas de comunicação

Valor máximo indemnizável Ilimitado

Serviços Informativos

Valor máximo de adiantamento Ilimitado

Nota Importante:

Em todas as garantias que envolvam uma prestação médica, a equipa médica do Serviço de Assistência terá sempre um papel de coordenação e decisão final relativamente aos procedimentos a adotar na sequência de um sinistro.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

TOP



CONDIÇÕES PARTICULARES DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM - TOP

GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA AO VEÍCULO E SEUS OCUPANTES	LIMITES POR SINISTRO
Desempanagem e reboque do veículo	
Valor máximo indemnizável	€ 375
Perda ou roubo de chaves e chaves trancadas dentro da viatura em Portugal	
Valor máximo indemnizável	€ 375
Falta ou troca de combustível em Portugal	
Valor máximo indemnizável	€ 375
Substituição de roda em caso de furo de pneus em Portugal	
Valor máximo indemnizável	€ 375
Transporte do veículo	
Valor máximo indemnizável	
Transporte	Ilimitado
Recolha	€450
Alojamento dos ocupantes do veículo	
Valor máximo indemnizável	
Por dia e por pessoa	€ 115
Indemnização máxima	€ 325
Transporte dos ocupantes do veículo	
Valor máximo indemnizável	
Transporte	Ilimitado
Aluguer de veículo	€ 500 / 72 Horas
Recuperação do veículo	
Valor máximo indemnizável	Ilimitado
Envio de peças de substituição	
Valor máximo indemnizável	Ilimitado
Envio de motorista profissional	
Valor máximo indemnizável	Ilimitado
Transporte de bagagens pessoais	
Valor máximo indemnizável	Ilimitado
Defesa e reclamação jurídica	
Valor máximo indemnizável	
Defesa da pessoa segura em processo penal	€ 6.000
Reclamação jurídica	Ilimitado
Valor mínimo para intentar a ação judicial	€ 750
Adiantamento de cauções penais	
Valor máximo de adiantamento	
Custas processuais	€ 750
Liberdade provisória	€ 3.000

Nota Importante:

Nas prestações de transporte dos ocupantes do veículo seguro o meio preferencialmente atribuído é a viatura de aluguer, desde que disponível no local. Em todos os casos cabe ao Serviço de Assistência a gestão e otimização dos meios.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

TOP



LISTA DE PAÍSES PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA CLÁUSULA 10ª - ÂMBITO TERRITORIAL

ÁFRICA DO SUL	COREIA DO SUL	KUWAIT	REP. DEMOCRÁTICA DO CONGO (ZAIRE)
ANGOLA	COSTA DO MARFIM	LAOS	REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA
ANGUILLA	COSTA RICA	LESOTO	REPÚBLICA DO CONGO
ANTÍGUA E BARBUDA	CUBA	LÍBANO	REPÚBLICA DOMINICANA
ANTILHAS HOLANDESAS	DJIBUTI	LIBÉRIA	REUNIÃO
ARÁBIA SAUDITA	DOMINICA	LÍBIA	S. CRISTÓVÃO E NEVIS
ARGÉLIA	EGIPTO	MACAU	S. PEDRO E MIQUELON
ARGENTINA	EL SALVADOR	MADAGÁSCAR	S. TOMÉ E PRÍNCIPE
ARMÉLIA	EMIRATOS ÁRABES UNIDOS	MALÁSIA	S. VINCENTE E GRANADINAS
ARUBA	EQUADOR	MALDIVAS	SANTA LÚCIA
AUSTRÁLIA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	MALI	SENEGAL
AZERBEIJÃO	ETIÓPIA	MARIANAS DO NORTE	SEYCHELLES
BAHAMAS	FIDJI	MARTINICA	SINGAPURA
BAHREIN	FILIPINAS	MAURITÂNIA	SÍRIA
BANGLADESH	GABÃO	MAYOTTE	SURINAME
BARBADOS	GÂMBIA	MÉXICO	TAILÂNDIA
BELIZE	GANÁ	MOÇAMBIQUE	TAIWAN
BENIM	GEÓRGIA	MONGÓLIA	TANZÂNIA
BERMUDAS	GRANADA	MONTSERRAT	TIMOR-LESTE
BOLÍVIA	GUADALUPE	MYANMAR	TOGO
BOTSWANA	GUATEMALA	NAMÍBIA	TRINIDADE E TOBAGO
BRASIL	GUIANA	NICARÁGUA	TURKS E CAICOS
BRUNEI	GUIANA FRANCESA	NÍGER	TURQUEMÊNISTÃO
BURKINA FASO	GUINÉ	NIGÉRIA	URUGUAI
BURUNDI	GUINÉ EQUATORIAL	NORFOLK	UZBEQUISTÃO
BUTÃO	GUINÉ-BISSAU	NOVA CALEDÓNIA	VENEZUELA
CABO VERDE	HAITI	NOVA ZELÂNDIA	VIETNAM
CAIMÃO	HONDURAS	OMÃ	ZÂMBIA
CAMARÕES	HONG KONG	PANAMÁ	
CAMBODJA	IEMEN	PAPUA E NOVA GUINÉ	
CANADÁ	ILHAS VIRGENS BRITÂNICAS	PARAGUAI	
CAZAQUISTÃO	ILHAS VIRGENS E.U.A.	PERÚ	
CHILE	ÍNDIA	POLINÉSIA FRANCESA	
CHINA	INDONÉSIA	PORTO RICO	
COLÔMBIA	IRÃO	QATAR	
COMORES	JAMAICA	QUÊNIA	
COOK	JAPÃO	QUIRGUISTÃO	
COREIA DO NORTE	JORDÂNIA		

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Proteção dos ocupantes e condutor



Cláusula 1ª – Definições

Para efeito da presente Condição Especial, entende-se por:

PESSOAS SEGURAS: Pessoas cuja vida ou integridade física se segura e que para efeitos da presente Condição Especial são todos os Ocupantes do veículo seguro.

ACIDENTE DE VIAÇÃO: Acidente ocorrido em consequência exclusiva da circulação rodoviária, quer o veículo se encontre ou não em movimento, durante o transporte automóvel, a entrada ou saída do veículo ou ainda, durante a participação ativa, no decurso de uma viagem, em trabalhos de pequena reparação ou desempanagem no veículo designado nas Condições Particulares.

TABELA DE DESVALORIZAÇÕES: Tabela de Avaliação das Incapacidades Permanentes em Direito Civil em vigor no ordenamento jurídico português.

Cláusula 2ª – Âmbito da Cobertura

1. Em caso de acidente de viação com o veículo seguro, a presente Condição Especial garante a indemnização definida nas Condições Particulares, quando resulte para as Pessoas Seguras:

- a) Morte ou Invalidez Permanente;
- b) Despesas de Tratamento, Repatriamento ou Funeral.

2. As indemnizações pelos riscos de Morte ou Invalidez Permanente não são cumuláveis, pelo que à indemnização por Morte será abatido o valor eventualmente já pago a título de Invalidez Permanente.

3. Os riscos de Morte ou Invalidez Permanente só estarão cobertos se verificados dentro do prazo de dois (2) anos após o acidente de viação que lhes tiver dado causa.

Cláusula 3ª – Exclusões

Não ficam abrangidas pelas garantias da presente Condição Especial:

- a) As pessoas transportadas na caixa de carga aberta do veículo seguro;
- b) As pessoas transportadas na caixa de carga fechada do veículo seguro, quando não existir a necessária autorização para o efeito.
- c) O condutor e passageiros transportados em contravenção às regras de utilização de cinto, capacete e demais dispositivos de segurança previstos na lei;
- d) As crianças transportadas sem sistema de retenção homologado e adaptado ao seu tamanho e peso ou em contravenção das demais regras de segurança previstas na lei.

Cláusula 4ª – Deveres do Tomador do Seguro, da Pessoa Segura e/ou dos Beneficiários

1. Para além do disposto nas Condições Gerais, o Tomador do Seguro e/ou as Pessoas Seguras devem, em caso de acidente garantido pela presente Condição Especial:

- a) Promover, no prazo de oito (8) dias após a Pessoa Segura ter sido clinicamente assistida, o envio de uma declaração do médico da qual constem a natureza das lesões, o seu diagnóstico e a indicação da possível Invalidez Permanente;
- b) Comunicar, no prazo de oito (8) dias após a sua verificação, a cura das lesões, promovendo o envio da declaração médica onde conste, para além da data da alta, a percentagem da invalidez eventualmente atribuída;
- c) Facultar, para o reembolso a que houver lugar, todos os documentos justificativos das Despesas de Tratamento, Repatriamento e/ou de Funeral.

2. As Pessoas Seguras obrigam-se ainda a:

- a) Cumprir as prescrições médicas;
- b) Sujeitar-se a exame por médico designado pelo Segurador;
- c) Autorizar o seu médico a prestar as informações solicitadas pelo Segurador.

3. Em caso de Morte, deverá ser enviada, em complemento a participação, a certidão de óbito e, quando considerado necessário, outros elementos elucidativos do acidente e suas consequências.

4. Verificando-se a impossibilidade de cumprimento, pelo Tomador do Seguro ou pela Pessoa Segura de alguma das obrigações previstas nesta cláusula, a mesma recairá sobre o Tomador do Seguro, Pessoa Segura ou Beneficiário, consoante aquele que estiver em condições de a cumprir.

5. O incumprimento das obrigações acima referidas ou a falta de verdade nas informações dadas ao Segurador, implica para o responsável a obrigação de responder por perdas e danos.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Proteção dos ocupantes e condutor



Cláusula 5ª – Morte

Em caso de Morte, o Segurador pagará o correspondente capital seguro aos herdeiros da vítima, sendo o capital seguro atribuído segundo as regras e pela ordem estabelecida para a sucessão legítima, nos termos das alíneas a) a d) do n.º 1 do Artigo 2133º do Código Civil, salvo se, não havendo herdeiros legitimários previstos nas classes a) e b), existam herdeiros testamentários.

Cláusula 6ª - Invalidez Permanente

1. O pagamento da indemnização devida por Invalidez Permanente, calculada com base na Tabela de Desvalorizações indicada na Cláusula 1ª da presente Condição Especial, será feito à Pessoa Segura, salvo indicação em contrário nas Condições Particulares da Apólice.
2. As lesões não enumeradas na Tabela de Desvalorização, mesmo de importância menor, são indemnizadas na proporção da sua gravidade comparada com a dos casos enumerados, sem ter em conta a profissão exercida.
3. Se a Pessoa Segura for canhota, as percentagens de invalidez para o membro superior direito aplicam-se ao membro superior esquerdo, e reciprocamente.
4. Em qualquer membro ou órgão, os defeitos físicos de que a Pessoa Segura já era portador, à data do acidente, serão tomados em consideração ao fixar-se o grau de desvalorização proveniente deste, que corresponderá à diferença entre a invalidez já existente e aquela que passou a existir.
5. A incapacidade funcional parcial ou total de um membro ou órgão é equiparada à correspondente perda parcial ou total.
6. Em relação a um mesmo membro ou órgão, as desvalorizações acumuladas não podem exceder aquelas que corresponderiam à perda total desse membro ou órgão.
7. Sempre que de um acidente resultem lesões em mais de um membro ou órgão, a indemnização total obtém-se somando o valor das indemnizações relativas a cada uma das lesões, sem que o total possa exceder 100 pontos.
8. Se o grau de Invalidez Permanente for igual ou superior a 50 pontos, a indemnização a pagar será elevada ao dobro.
9. Para efeitos de determinação do valor da indemnização cada ponto da tabela de Direito Civil equivale a 1% de desvalorização.

Cláusula 7ª - Despesas de Tratamento, Repatriamento e de Funeral

1. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo assistência medicamentosa e de enfermagem que forem necessários em consequência do acidente.

No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão.

2. Por Despesas de Repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado em face das lesões.
3. O Segurador procederá ao reembolso, até à quantia para o efeito fixada nas Condições Particulares, das despesas de Tratamento, Repatriamento e de Funeral documentalmente comprovadas e a quem demonstrar tê-las pago.
4. O reembolso será satisfeito à medida da apresentação dos documentos, procedendo-se a rateio entre os apresentados quando, sendo várias as Pessoas Seguras, os valores reclamados se revelarem superiores ao capital seguro estabelecido nas Condições Particulares.

Cláusula 8ª - Cálculos das Indemnizações

1. As indemnizações fixadas nas Condições Particulares são atribuídas por Pessoa Segura, até ao limite de lotação consignado no livrete de circulação do veículo seguro.
2. Para ocupantes de idade inferior a catorze (14) anos a indemnização, por Morte, limitar-se-á ao valor correspondente às Despesas do Funeral, sem prejuízo do disposto no número anterior.
3. No caso de, no momento do acidente, o limite máximo de lotação autorizado para o veículo estar excedido, as indemnizações, expressas nas Condições Particulares, a liquidar a cada Pessoa Segura serão reduzidas através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{C \times L}{L1}$$

Em que C representa o capital seguro por cada pessoa, L o limite máximo de lotação autorizado para o veículo e L1 a lotação efetiva desse mesmo veículo no momento do acidente de viação.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Proteção dos ocupantes e condutor



4. No caso de, no momento do acidente, o limite máximo de lotação autorizado para o veículo estar excedido, havendo menores de catorze (14) anos entre os ocupantes, aplicar-se-á igualmente a fórmula prevista no número anterior, considerando-se, para efeitos de L1, cada menor como ocupando meio lugar.

5. Para aplicação da fórmula atrás referida, consideram-se os passageiros transportados nas caixas de carga fechadas dos veículos que possuam a necessária autorização para o efeito.

Cláusula 9ª - Doenças Existentes

Salvo disposição em contrário nas Condições Particulares, se as consequências de um acidente forem agravadas por doença anterior à data daquele, a responsabilidade do Segurador não poderá exceder a que teria se o acidente tivesse ocorrido a uma pessoa não portadora dessa doença.

Cláusula 10ª - Concorrência de Seguros

1. As indemnizações por Morte ou Invalidez Permanente são devidas e pagas às Pessoas Seguras, aos seus herdeiros ou beneficiários, independentemente das que o forem ao abrigo de outros contratos de seguros da mesma natureza ou de responsabilidade civil extracontratual.

2. O reembolso das Despesas de Tratamento, Repatriamento e Funeral, desde que esteja garantido por outros contratos de seguro, será pago através de todos os contratos na proporção dos respetivos valores seguros.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Quebra isolada de vidros



Cláusula 1ª - Definições

Para efeito da presente Condição Especial considera-se:

VIDRO OU EQUIVALENTE EM MATÉRIA SINTÉTICA: O pára-brisas, teto de abrir e o óculo traseiro e laterais do veículo seguro;

QUEBRA ISOLADA: Dano sofrido no veículo seguro em consequência da quebra de vidros por qualquer causa não excluída na Apólice.

Cláusula 2ª - Âmbito da Cobertura

1. A presente Condição Especial garante ao Segurado o ressarcimento dos danos que resultem da quebra de vidros do veículo seguro, desde que os mesmos não se encontrem abrangidos pelo âmbito de uma outra qualquer cobertura contratada.

2. No caso da data de subscrição da presente Condição Especial não coincidir com a data início do contrato de seguro, os danos que resultem da quebra de vidros do veículo seguro somente ficarão garantidos após ter sido efetuada vistoria ao veículo seguro.

Cláusula 3ª - Exclusões

Sem prejuízos das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidos ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Quebra de quaisquer faróis ou farolins e espelhos retrovisores;
- b) Danos que consistam em riscos, raspões, fendas ou que ocorram em consequência de operações de montagem ou desmontagem ou instalações defeituosas;
- c) Quebra de teto de abrir, quando o mesmo for um extra conforme definido na cláusula 38ª, e não tiver sido devidamente valorizado pelo Tomador do Seguro / Segurado.
- d) Os danos que têm enquadramento noutras garantias facultativas de Choque Colisão e Capotamento, Furto ou Roubo, Incêndio Raio ou Explosão, Fenómenos da Natureza e Atos de Vandalismo.

Cláusula 4ª - Condições de Funcionamento da Cobertura

1. Ocorrendo quebra de vidros do veículo seguro, e querendo o Segurado usar dos direitos que a presente Condição Especial lhe confere, deverá deslocar-se, **por indicação expressa da LOGO**, a um especialista na reparação e/ou substituição deste tipo de dano.

2. Ocorrendo quebra de vidros do veículo seguro, a substituição do vidro só será equacionada após análise técnica que determine a manifesta impossibilidade da sua efetiva reparação.

3. Ocorrendo quebra de vidros do veículo seguro, a colocação de vidros de marca original (com logótipo) só será viabilizada no caso de indisponibilidade ou rotura de stock de vidros de qualidade equivalente (sem logótipo).

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Choque, colisão e capotamento



Cláusula 1ª - Definições

Para efeito da presente Condição Especial considera-se:

CHOQUE: Danos no veículo seguro resultantes do embate contra qualquer corpo fixo ou sofrido por aquele quando imobilizado;

COLISÃO: Danos no veículo seguro resultantes do embate com qualquer outro corpo em movimento;

CAPOTAMENTO: Danos no veículo seguro resultantes de situação em que este perca a sua posição normal e não resulte de Choque ou Colisão.

Cláusula 2ª - Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante ao Segurado o ressarcimento dos danos que resultem para o veículo seguro em virtude de choque, colisão ou capotamento.

Cláusula 3ª - Exclusões

Para além das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidas ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Danos provenientes do mau estado das estradas ou caminhos, quando deste facto não resulte choque, colisão ou capotamento;
- b) Danos nas jantes, câmaras de ar e pneus, exceto se resultarem de choque, colisão ou capotamento e quando acompanhados de outros danos ao veículo;
- c) Danos resultantes da circulação em locais reconhecidos como não acessíveis ao veículo;
- d) Causados por objetos transportados ou durante operações de carga e descarga;
- e) Danos causados em extras, tal como definido na cláusula 38ª, quando os mesmos não forem devidamente valorizados pelo Tomador do Seguro / Segurado;
- f) Danos que consistam em lucros cessantes, perdas de benefício ou de resultados para o Tomador do Seguro e/ou Segurado em virtude de privação de uso, gastos de substituição ou depreciação do veículo seguro em consequência de sinistro.

Cláusula 4ª – Condições de Funcionamento da Cobertura

1. A entrada em vigor desta cobertura está dependente da realização de vistoria à viatura em local determinado pela LOGO (sendo que a vistoria deverá ser realizada até 30 dias da data efeito da apólice).

2. Ocorrendo facto ao abrigo da presente cobertura, e querendo o Segurado usar dos direitos que a presente Condição Especial lhe confere, deverá deslocar-se por **indicação expressa da LOGO**, a uma oficina da rede LOGO, ou outra, pela LOGO indicada.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Incêndio, raio ou explosão



Cláusula 1ª - Definições

Para efeito da presente Condição Especial considera-se:

INCÊNDIO, RAIO OU EXPLOSÃO: Dano no veículo resultante da ocorrência de qualquer destes eventos, quer este se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local.

Cláusula 2ª - Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante ao Segurado o ressarcimento dos danos causados ao veículo seguro em consequência de incêndio, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, quer esteja recolhido em garagem ou noutra local.

Cláusula 3ª - Exclusões

Para além das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidas ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Danos na aparelhagem ou instalação elétrica, quando resultem de queda de raio;
- b) Danos causados em extras, tal como definido na cláusula 38ª quando os mesmos não forem devidamente valorizados e identificados nas Condições Particulares;
- c) Danos provocados por incêndio ou explosão que tenha origem em atos ou omissões dolosos do Tomador do Seguro, Segurado, ou de pessoas que com eles coabitem, pessoas que se encontram ao seu serviço, ou por quem, em geral, aqueles sejam civilmente responsáveis;
- d) Danos diretamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias;
- e) Danos produzidos em capotas de lona isoladamente.

Cláusula 4ª – Condições de Funcionamento da Cobertura

1. A entrada em vigor desta cobertura está dependente da realização de vistoria à viatura em local determinado pela LOGO (sendo que a vistoria deverá ser realizada até 30 dias da data efeito da apólice).

2. Ocorrendo facto ao abrigo da presente cobertura, e querendo o Segurado usar dos direitos que a presente Condição Especial lhe confere, deverá deslocar-se por **indicação expressa da LOGO**, a uma oficina da rede LOGO, ou outra, pela LOGO indicada.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Furto ou roubo



Cláusula 1ª - Definições

Para efeito da presente Condição Especial considera-se:

FURTO OU ROUBO: O desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo por motivo de furto, roubo ou furto de uso (tentados ou consumados).

Cláusula 2ª - Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante ao Segurado o ressarcimento dos danos causados ao veículo seguro por furto ou roubo, quer estes se traduzam no desaparecimento, na destruição ou deterioração do veículo e/ou dos seus componentes, quer na subtração de peças fixas e indispensáveis à sua utilização.

Cláusula 3ª – Exclusões

Para além das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidas ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Danos que consistam em lucros cessantes, perda de benefícios ou de resultados para o Tomador do Seguro e/ou Segurado em consequência de privações de uso, gastos de substituição ou depreciação do veículo seguro;
- b) Furto ou roubo cometido por pessoas que coabitem ou dependam economicamente do Tomador do Seguro / Segurado, pessoas que se encontram ao seu serviço, ou por quem, em geral, aqueles sejam civilmente responsáveis;
- c) Danos diretamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias.

Cláusula 4ª - Condições de Funcionamento da Cobertura

1. A entrada em vigor desta cobertura está dependente da realização de vistoria à viatura em local determinado pela LOGO (sendo que a vistoria deverá ser realizada até 30 dias da data efeito da apólice).
2. Ocorrendo furto ou roubo, e querendo o Segurado usar dos direitos que a presente Condição Especial lhe confere, deverá apresentar assim que possível queixa às autoridades competentes e promover as diligências ao seu alcance conducentes à descoberta do veículo e dos autores do crime.
3. Ocorrendo furto ou roubo que dê origem ao desaparecimento do veículo, o Segurador obriga-se ao pagamento da indemnização devida, decorridos que sejam sessenta (60) dias sobre a data da participação da ocorrência à autoridade competente, se ao fim desse período não tiver sido encontrado.
4. Ocorrendo facto ao abrigo da presente cobertura, e querendo o Segurado usar dos direitos que a presente Condição Especial lhe confere, deverá deslocar-se por **indicação expressa da LOGO**, a uma oficina da rede LOGO, ou outra, pela LOGO indicada.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Fenómenos da natureza e atos de vandalismo



Cláusula 1ª – Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante ao Segurado o ressarcimento das perdas ou danos no veículo seguro em consequência de:

- a) Queda de árvores, telhas, chaminés, muros ou construções urbanas provocadas por vento violento, ciclones, tempestades, temporais e trombas de água;
- b) Ação direta de tufões, ciclones, tornados e erupções vulcânicas;
- c) Ação direta de trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas ou aluimento de terras;
- d) Ação direta de tremores de terra, terremotos e maremotos;
- e) Ação direta de abatimento de pontes, túneis ou outras obras de engenharia e de queda accidental de aeronaves;
- f) Atos de vandalismo, considerando-se como tal os atos causados por terceiros com o exclusivo intuito de apenas danificar o veículo seguro;
- g) Atos de pessoas que tomem parte em greves ou distúrbios no trabalho, bem como de tumultos ou alterações da ordem pública quando diretamente resultantes de tais manifestações laborais;
- h) Ações de autoridade legalmente constituída, em virtude de medidas tomadas por ocasião das ocorrências mencionadas em f) e g), com vista à salvaguarda ou proteção de pessoas e bens.

Cláusula 2ª – Exclusões

Para além das exclusões previstas nas cláusulas 5.ª e 40.ª das Condições Gerais, não ficam garantidas ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Danos produzidos em capotas de lona isoladamente.**

Cláusula 3ª – Condições de Funcionamento da Cobertura

1. A entrada em vigor desta cobertura está dependente da realização de vistoria à viatura em local determinado pela LOGO (sendo que a vistoria deverá ser realizada até 30 dias da data efeito da apólice).

2. Ocorrendo facto ao abrigo da presente cobertura, e querendo o Segurado usar dos direitos que a presente Condição Especial lhe confere, deverá deslocar-se por **indicação expressa da LOGO**, a uma oficina da rede LOGO, ou outra, pela LOGO indicada.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Veículo de substituição



Cláusula 1ª - Definições

Para efeito da presente Condição Especial considera-se:

AVARIA: O dano súbito e imprevisto que impeça o veículo de circular normalmente e obrigue à sua reparação, desde que não resulte da falta de cuidados de manutenção recomendados pelo construtor ou não corresponda às operações normais de manutenção ou assistência.

Cláusula 2ª - Âmbito da Cobertura

1. A presente Condição Especial garante ao Segurado, em caso de privação forçada do uso do veículo seguro, em consequência de avaria, conforme acima definido, ou de quaisquer danos sofridos pelo veículo, o fornecimento, nas condições previstas na presente Condição Especial, de uma viatura de substituição cuja tipologia dependerá do tipo de veículo e da opção contratualizada:

a) Se se tratar de um veículo ligeiro de passageiros, poderá ser contratualizada uma viatura de substituição que seja ou (i) semelhante à classe do veículo seguro, tendo em consideração a cilindrada e o tipo de viatura, e de acordo com as tipologias das empresas de aluguer de veículos, ou (ii) um veículo de “classe C”, de acordo com a tipologia das empresas de aluguer de veículos;

b) Se se tratar de um veículo ligeiro misto, a viatura de substituição contratualizada será sempre um veículo de “classe C”, de acordo com a tipologia das empresas de aluguer de veículos.

2. A substituição do veículo seguro em consequência de avaria somente ficará garantida ao abrigo desta Condição Especial, desde que:

a) À data da avaria, o veículo seguro não tenha mais de seis (6) anos a contar da data da primeira matrícula;

b) A avaria não ocorra nos primeiros trinta (30) dias a contar da data de início do contrato de seguro ou da subscrição da presente Condição Especial, quando a mesma não coincida com a data de início do contrato.

Cláusula 3ª - Condições de Funcionamento da Cobertura

1. A privação do uso do veículo seguro, para efeitos desta cobertura, considera-se:

a) Quando exista **imobilização do veículo seguro:** A partir do pedido de marcação de peritagem ou início da reparação nos casos de avaria, e apenas durante o período efetivo de reparação (em especial no caso de avaria);

b) Caso não exista **imobilização do veículo seguro:** Desde o início da reparação;

c) Em caso de **desaparecimento:** Desde o dia de participação às Autoridades.

2. Sem prejuízo do prazo limite definido no nº.1 da Cláusula 4ª da presente Condição Especial, os efeitos da cobertura cessam:

a) No termo da sua reparação efetiva ou com a sua localização em caso de desaparecimento;

b) Em caso de perda total, no dia em que for posta à disposição do Segurado a indemnização garantida pelas coberturas de danos próprios, quando as mesmas tenham sido subscritas.

3. Quando, por razões não imputáveis ao Segurador não seja possível encontrar, para o período em causa, uma viatura de substituição da classe prevista nas Condições Particulares, o Segurador fornecerá uma viatura da classe imediatamente inferior de acordo com as disponibilidades de oferta do mercado ou, se o Segurado assim o entender, indemnizará em dinheiro, até ao valor diário de aluguer da viatura da respetiva classe e dentro dos limites estabelecidos para a presente Condição Especial.

Cláusula 4ª - Limites da Cobertura

1. O período de privação, para efeitos da presente Condição Especial, não poderá ultrapassar o período máximo de quinze (15) dias por anuidade.

2. Sem prejuízo do número máximo de dias acima definido, as garantias da presente Condição Especial somente poderão ser acionadas duas (2) vezes durante a mesma anuidade, sendo que apenas uma (1) delas poderá ser por Avaria.

Cláusula 5ª - Disposições Diversas

O Segurado fornecerá ao Segurador os elementos bastantes para a caracterização do tipo de privação, para a determinação dos danos e do número de dias a considerar para atribuição do veículo de substituição, nos termos dos artigos anteriores.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Indemnização Extra

Cláusula 1ª – Âmbito da Cobertura

- 1. A presente Condição Especial garante ao Segurado o pagamento de um Complemento de Indemnização em caso de Perda Total do veículo seguro causada por um sinistro cuja responsabilidade seja exclusivamente imputada a intervenientes distintos do Tomador de Seguro, do Segurado e/ou Condutor do veículo seguro, i.e., a responsabilidade seja imputada a terceiros.**
- 2. Quando tenham sido contratadas simultaneamente as coberturas de Choque, Colisão e Capotamento, de Incêndio, Raio e Explosão e de Furto ou Roubo, a presente Condição Especial poderá igualmente garantir o pagamento de um Complemento de Indemnização em caso de Perda Total do veículo seguro quando a mesma for consequência de qualquer facto ao abrigo das referidas coberturas, desde que expressamente contratualizada esta opção.**

Cláusula 2ª – Limites de Indemnização

O valor do Complemento de Indemnização a pagar em caso de Perda Total do veículo seguro será determinado em função das seguintes regras:

- a) Durante os primeiros vinte e quatro (24) meses a contar da data da primeira matrícula do veículo seguro, o Complemento de Indemnização a pagar corresponderá à diferença entre o valor venal e o valor de aquisição em novo de um veículo idêntico, à data do sinistro;
- b) Após o vigésimo quinto (25º) mês, inclusive, a contar da data da primeira matrícula do veículo seguro, o Complemento de Indemnização a pagar corresponderá a 20% do valor venal do veículo seguro à data do sinistro.

Cláusula 3ª – Exclusões

- 1. Para efeitos do disposto no nº1 da cláusula 1ª da presente Condição Especial, não fica garantido o pagamento do Complemento de Indemnização nos casos em que a responsabilidade do sinistro seja total ou parcialmente imputada ao Tomador do Seguro, Segurado e/ou Condutor do veículo seguro.**
- 2. Para efeitos do disposto no nº2 da cláusula 1ª da presente Condição Especial, não fica garantido o pagamento do Complemento de Indemnização nos casos em que a causa que determina a Perda Total do veículo seguro não se encontre garantida ao abrigo das coberturas de Choque, Colisão e Capotamento, de Incêndio, Raio e Explosão e de Furto ou Roubo ou, caso esteja garantida ao abrigo das mesmas coberturas, esta opção não tenha sido expressamente contratualizada.**

Cláusula 4ª – Procedimentos em Caso de Sinistro

- Para efeitos do disposto na cláusula 2ª desta Cobertura, considera-se valor venal, o valor de substituição em momento anterior ao sinistro, sendo este, para efeitos da presente Condição Especial:
 - a) No caso de Perda Total do veículo seguro motivada por um sinistro de responsabilidade de terceiros, nos termos previstos no nº1 da cláusula 1ª, o valor da indemnização paga pelo Segurador do terceiro responsável, subtraído do eventual valor do salvado;
 - b) No caso de Perda Total do veículo seguro resultar da ocorrência de qualquer facto garantido ao abrigo das coberturas de Choque, Colisão e Capotamento, de Incêndio, Raio e Explosão e/ou de Furto ou Roubo, o valor a indemnizar seja calculado com base no valor venal do veículo seguro e não sobre o valor pago pelo segurador ao abrigo dessas mesmas coberturas.
- Para efeitos de pagamento do Complemento de Indemnização por parte do Segurador, o Segurado deverá entregar, quando for o caso, cópia da proposta final de indemnização emitida pelo Segurador do terceiro responsável pelo sinistro, contendo o valor da indemnização, o valor venal e o valor do salvado.

Seguros LOGO, SA
Sede: R. D. Manuel II, 290, 4001-809 Porto
Tel: 213 306 605 • Fax: 213 584 214 • logo.pt
Capital Social: €20.000.000 • Registo C.R.C. Porto e NIPC: 508 278 600

LINHA CLIENTE: 707 999 108
DIAS ÚTEIS DAS 8H30 ÀS 22H30

Email: cliente@logo.pt